



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
Rua Acre nº 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20081-000
Telefones: 2282-8682 / 2282-8016

E D I T A L
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2023
Proc. nº TRF2-EOF-2023/095

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/248 de 31.05.2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da internet, no *sítio*: www.gov.br/compras. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 05 de julho de 2023	Horário (de Brasília): 13:30
Local: www.gov.br/compras	

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Planilha de Preços;

Anexo III - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo IV - Declaração conforme artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 9, de 06/12/2005;

Anexo V - Minuta do Contrato

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços de seguro total para 76 (setenta e seis) veículos oficiais que compõem a frota deste E. Tribunal**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

1.1 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

- 2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.
- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.
- 2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3 - Não poderão participar:
- 2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;
- 2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;
- 2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;
- 2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.
- 2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.
- 2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.5 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua

responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.gov.br/compras.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos.

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no VALOR TOTAL

DO OBJETO, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do Anexo II deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

- 4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 – Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - **O Preço Total do seguro**, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do Anexo II deste edital;

5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.

5.1.6.2 - O preço proposto deverá levar em conta o valor da franquia, conforme informado no Anexo I;

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**: não inferior a 60(*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico.

5.1.8 - **Prazo de vigência do contrato** será de 1 (um) ano, contado a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo artigo 107 da Lei nº 14.133/2021;

- 5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 e 5.1.8 considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do próprio Sistema Compras.gov.br.

5.3.1- O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no Compras.gov.br e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e

instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

- 6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.
- 6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.
- 6.8 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.
- 6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)

- 7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total do objeto desta licitação conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do Anexo II deste Edital**, sob pena de desclassificação.
- 7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$300,00 (trezentos reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 8.4.4 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 8.4.5 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 8.6.1 - disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.6.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

- 8.6.3 - desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;
- 8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.7 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.7.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;
- 8.7.2 - empresas brasileiras;
- 8.7.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.7.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no item 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.
- 8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.10 - Na hipótese de a proposta de menor preço total anual não ser aceitável ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.
- 8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade

jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

8.15 - Após a adjudicação do objeto, a autoridade superior homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.2 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta on-line deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as **DECLARAÇÕES** listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Compras.gov.br, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, em conformidade com o subitem 10.2.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

9.5.1.1 - Comprovação através de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante que ateste sua experiência, para prestação de serviços de seguro para veículos.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.3- **CERTIDÃO DE REGULARIDADE** expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro da validade, que comprove que a licitante está regular para operar no mercado segurador;

9.5.3.1- Caso a licitante deixe de apresentar o documento constante do subitem anterior, poderá o pregoeiro proceder à consulta *online*, via internet, para verificação de sua regularidade.

9.5.4 - O TRF - 2ª Região poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas, na Sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas pela licitante.

9.6 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

9.7 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

10 - DA VISTORIA:

10.1 - Fica assegurado à licitante o direito de realização de vistoria prévia para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

10.2 - A licitante poderá optar por substituir a vistoria pela apresentação de declaração formal assinada por seu responsável técnico atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, sob pena de inabilitação.

10.3 - A vistoria ocorrerá em dia útil, conforme disponibilidade, de segunda-feira a sexta-feira, das 12h às 16h, mediante prévio agendamento pelo e-mail semave@trf2.jus.br ou ainda pelo telefone (21)2282-8031, junto a SEMAVE, Rua Acre, nº 80 - Centro - Rio de Janeiro.

10.4 - CERTIFICADO DE VISTORIA será emitido pela SEMAVE, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.413	33.90.39.69

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento", e no sítio: www.gov.br/compras, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.
- 12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.
- 12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.
- 12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

- 13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para assinatura do instrumento contratual junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.
- 14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.
- 14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.
- 14.3 - No ato da assinatura do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta on-line junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.
- 14.4 - Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços e entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.
- 14.5 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.
- 14.6 - A recusa injustificada da licitante classificada em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei e a imediata perda da garantia da proposta em favor do TRF - 2ª Região.
- 14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral

ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.9.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, que deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato;

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do presente Contrato será recebido mediante termo detalhado e da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

- 15.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.
- 15.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.
- 15.4 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, nos limites estabelecidos neste contrato.
- 15.4 - O aceite / aprovação do(s) serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1 – O pagamento será efetuado à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa.
- 16.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação (artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto nº 11.317/2022, e artigo 7º, §2º, da IN-SEGES/ME nº 77/2022 - ordem de pagamentos: vide artigo 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021);
- 16.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.
- 16.1.3 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:
- 16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se

refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015.

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17 - DAS SANÇÕES

17.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

17.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

17.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

17.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12 acima, bem como nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.2.

17.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos ficará impedido pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2.4 - Multa:

17.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

17.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

17.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

17.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

- 17.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;
- 17.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;
- 17.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.
- 17.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.
- 17.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 17.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de

coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 17.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 17.10 -As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.
- 17.11 -As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 18.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;
- 18.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;
- 18.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 18.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 18.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, a Administração poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:
- 18.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que

se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

18.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 18.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

18.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2023.

Francisco Luis Duarte

Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2023/00101

01. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 OBJETO:

Prestação de serviço de seguro para a frota de veículos oficiais da frota do TRF2, num total de 76 (setenta e seis) veículos.

1.2 METAS FÍSICAS

1.2.1 Promover a unificação a unificação dos três processos de prestação de seguros da frota de veículos, diminuindo o dispêndio administrativo com a movimentação, controle e gerenciamento de três contratos e trazendo uma melhoria na eficácia da contratação do serviço e na fiscalização do mesmo.

1.2.3 CÓDIGO SIASG: Nº 00000090-6

1.3 DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

1.3.1 – COBERTURAS SECURITÁRIAS

1.3.1.1 Modalidade do seguro : SEGURO TOTAL.

1.3.1.2 - Cobertura total

- Roubo, furto, incêndio e os mencionados no item 1.5
- 110% Tabela Fipe;
- Franquia Reduzida;

1.3.1.3 - Acidentes pessoais por passageiros (morte ou invalidez)

- APP MORTE : R\$ 150.000,00
- APP INVALIDEZ: R\$ 150.000,00

1.3.1.4 - Danos materiais ou pessoais causados a terceiros pelos veículos se

- DANOS MATERIAIS : R\$ 160.000,00
- DANOS CORPORAIS: R\$ 160.000,00

1.4 – ASSISTÊNCIA

Cobertura adicional de assistência, com os seguintes itens:

1.4.1 Assistência 24(vinte e quatro) horas com socorro mecânico e reboque Gratuitos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



1.4.2 Assistência Vidros;

1.4.3 Assistência lanterna e faróis;

1.4.4 Assistência retrovisores;

1.4.5 Chaveiro 24(vinte e quatro) horas.

1.4.6 Transporte da pessoa segurada por imobilização, por roubo ou furto do veículo segurado (em caráter de 24(vinte e quatro) horas).

1.5 – DO SINISTRO :

O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme abaixo:

1.5.1 Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

1.5.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

1.5.3 Raios e suas consequências.

1.5.4 Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

1.5.5 Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo

1.5.6 Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

1.5.7 Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

1.5.8. Danos causados por Granizo.

1.5.9 Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

1.6 DADOS DOS VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS.

						CHASSIS	CLASSE BONUS 2023	SEGURADORA
	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	RENAVAM			
1	KPV-2881	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992204194	8A1LZBW2TEL980062	VI	GENTE



2	KPV-2882	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992489288	8A1LZBW2TEL889028	VI	GENTE
3	LRC-2528	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992202493	8A1LZBW2TEL889020	VI	GENTE
4	LRC-2527	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992200687	8A1LZBW2TEL950096	VI	GENTE
5	KPV-2887	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992519110	8A1LZBW2TEL979963	VI	GENTE
6	LRC-7604	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992518539	8A1LZBW2TEL963874	VI	GENTE
7	LRC - 7603	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992517966	8A1LZBW2TEL889015	VI	GENTE
8	LRC-7602	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992517486	8A1LZBW2TEL979894	V	GENTE
9	LRC-7601	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992516943	8A1LZBW2TEL964370	VI	GENTE
10	KPV-2886	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992516412	8A1LZBW2TEL964251	VI	GENTE
11	KPV-2885	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992515815	8A1LZBW2TEL964147	IV	GENTE
12	LRC-7600	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992515351	8A1LZBW2TEL888564	VI	GENTE
13	KPV-2884	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992233496	8A1LZBW2TEL963884	VI	GENTE
14	KPV-2883	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992230942	8A1LZBW2TEL964400	VI	GENTE
15	KPZ-9405	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	1014155026	8A1LZBW2TEL321975	IV	GENTE
16	KPZ-9406	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	1014165590	8A1LZBW2TEL321783	VI	GENTE
17	KPZ-9407	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	1014155972	8A1LZBW2TEL321995	VI	GENTE
18	LRI1700	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	1014165247	8A1LZBW2TEL321914	VI	GENTE
19	KQU-6517	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CW FLEX	2015/2015	1042489596	8A1LZLHOTFL738753	VI	GENTE
20	LRS-7066	F'ENAU	FLUENCE DYNAMIQUE CW FLEX	2015/2015	1042497955	8A1LZLHOTFL740832	IV	GENTE
21	LPE-6908	RENAULT	KANGOO EXP2ESS HIFLEX	2017	967744156	8A1FC1U158L966300	X	GENTE
22	HJW-5285	RENAULT	MASTER EXECUTIVO 16L	2008/2009	115773118	93YCDU59J165566	VIII	GENTE
23	OLW-6833	RENAULT	MASTER EXECUTIVO 16L	2012	478647174	93YADC1L6DJ334047	VII	GENTE
24	OLW-6836	RENAULT	MASTER ' FUF'GAO	2012/2013	478649428	93YADC1L6DJ389485	VII	GENTE
25	OLW-6838	RENAULT	MASTER FUI GAO	2012/2013	478648510	93YADC1L6DJ320701	VII	GENTE
26	LTN-0195	VW	PARATI 1.6 FLEX	2004	822624745	9BWB05X64T094591	X	GENTE
27	LOO-9344	GM	PICK UP 510 CAB SIMPLES	2013	801294622	9BG124AC03C415784	X	GENTE

28	LOO-9338	GM	ZAFIF'A CD	2tXI3	801294274	9BGT75B03C166210	IX	GENTE
29	LRS 7063	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	1042494212	93Y4SRD64FJ62809	VI	GENTE
30	LRS 7004	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	1042495855	93Y4SRD54FJ762753	VI	GENTE
31	LRS 7005	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	1042497165	93Y4SRD64FJ761609	VI	GENTE
32	KQU 6516	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	1042492678	93Y4SRD64FJ781432	VI	GENTE
33	LRG-8E29	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1172884401	8BCND5GVUKG501412	III	GENTE
34	KZN-9102	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1172881747	8BCND5GVUKG500843	III	GENTE
35	LRG - 8E28	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1170792151	8BCND5GVUKG500667	III	GENTE
36	LRG 8E30	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1172886366	8BCND5GVUKG501029	III	GENTE
37	KZN-9103	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1172885467	8BCND5GVUKG500845	III	GENTE
38	LMO-5D11	CITi2OEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1172099534	8BCND5GVUKG502232	III	GENTE
39	KWU-4364	HYUNDAI	AZEF'A BLINDADO NIVEL: III-A	2012/2013	558311911	KMHFH41HBDA195428	VI	GENTE
40	EPX-7905	MITSUBISHI	OUTLANDEP 3.0 V6 BLINDADO NIVEL: III-A	2020/2021	1247019451	JMYXLGF4WMJA00101	I	GENTE
41	EPA-7695	MITSUBISHI	OUTLANDEP 3.0 V6 BLINDADO NIVEL: III-A	2020/2021	1247019885	JMYXLGF4WMZA00125	ZERO	GENTE
42	LUT-7G04	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1213707878	3N1BB7AD5LY202293	I	GENTE
43	LUT-7G03	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1213705476	3N1BB7AD4LY202284	I	GENTE
44	LUT-7F93	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1211931614	3N1BB7AD3LY202261	I	GENTE
45	LUT-7G01	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1212862799	3N1BB7AD1LY202274	I	GENTE
46	LUT-7F94	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1211933480	3N1BB7AD0LY202217	I	GENTE
47	LUT-7F95	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1211935504	3N1BB7AD1LY202162	I	GENTE
48	LUT-7G08	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214254664	3N1BB7AD9LY202118	I	GENTE
49	LUT-7F96	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1211937647	3N1BB7AD8LY202109	I	GENTE
50	LUN-9H77	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214262080	3N1BB7AD1LY202761	I	GENTE
51	LUN-9H73	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214269747	3N1BB7AD5LY202892	I	GENTE
52	LUN-9H75	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214260729	3N1BB7AD6LY202822	I	GENTE
53	LUN-9H72	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214258805	3N1BB7AD1 LY202890	I	GENTE
54	LUT-7G07	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214266160	3N1BB7AD6LY202884	I	GENTE
55	LUN-9H81	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214264074	3N1BB7AD8LY202885	I	GENTE
56	LUN-9H80	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214263690	3N1BB7ADXL202841	I	GENTE
57	LUN-9H71	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214258155	3N1BB7AD9LY202698	I	GENTE
58	LUN-9H79	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214263060	3N1BB7AD9LY202703	I	GENTE

59	LUN-9H78	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214262608	3N1BB7ADXL202869	I	GENTE
60	LUN-9H76	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214261644	3N1BB7AD0LY202847	I	GENTE
61	LUN-9H74	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214259933	3N1BB7AD9LY203009	I	GENTE
62	LUT-7G02	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1212865216	3N1BB7AD8LY202899	I	GENTE
63	LMP-4J67	CHEVROLET	SPIN	2018/2019	1177378288	9BGJC7520KB152020	III	MAPFRE
64	LMR'-1171	CHEVROLET	SPIN	2018/2019	1176394972	9BGJC7520KB146733	III	MAPFRE
65	LTV-7F18	HYUNDAI	SANTA FE BLINDADO NÍVEL: III-A	2018/2019	1182862070	KMH5U81EDKU864501	III	MAPFRE
66	UU-8G23	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.1	2022/2023	1328827329	9BRB33BE3P2129027	ZERO	GENTE
67	FJU-8G24	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.2	2022/2023	1328831903	9BRB33BE9P2129016	ZERO	GENTE
68	UU-8G25	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.5	2022/2023	1328833680	9BRB33BE3P2128945	ZERO	GENTE
69	MV-7J04	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.0	2022/2023	1328871719	9BRB33BE6P2131905	ZERO	GENTE
70	MV-7J05	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.6	2022/2023	1328872464	9BIRB33BE6P2130639	ZERO	GENTE
71	MV-7J06	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.4	2022/2023	1328873231	9BRB33BE1P2130659	ZERO	GENTE
72	MV-7J07	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.7	2022/2023	1328873657	9BRB33BE9P2130554	ZERO	GENTE
73	MV-7J08	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.3	2022/2023	1328874050	9BRB33BE7P2129032	ZERO	GENTE
74	MV-7J24	PEUGEOT	EXPERT CARGO	2022/2023	1330823530	9V8VBYHVPA031701	ZEDO	MAPFRE
75	MU-8G26	TOYOTA	HILUX CD DSL 4X4 SPV AT	2022/2023	1328835658	8AJBA3CD7N1735967	ZERO	GENTE
76	MU-8G27	TOYOTA	HILUX CD DSL 4X4 SPV AT	2022/2023	1328839238	8AJBA3CD1N1746611	ZERO	GENTE

1.6.1 OBSERVAÇÕES:

1.6.1.1 – Os veículos não possuem sistema antifurto.

1.6.1.2 – O CEP de pernoite dos dois veículos é o Nº 20.081-250 (GARAGEM DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO) – Rua Equador nº 613 – Santo Cristo - RJ

1.6.1.3 – A utilização destes veículos está restrita à 2ª Região, que compreende todo o Estado do Rio de Janeiro e eventualmente o Estado do Espírito Santo, em apoio à Seção Judiciária do Espírito Santo, para transporte de servidores e documentos/materiais.

1.6.1.4 – As características dos veículos seguem descritas no ANEXO I

1.6.1.5 - Os veículos da listagem acima, referentes aos tens 33,34,35,36,37,38,39,40,41 e 65 são Blindados no nível 3A.

1.7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.7.1 - A contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, Todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual

1.7.2- A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

1.7.3 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou Juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

1.7.4 - A contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do



Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho de Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº [CF-POR-2012/00116](#), de 11/05/2012.

1.7.5 A contratada deverá apresentar apólice com compatíveis com o presente Termo e em consonância com as regulamentações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Havendo divergência entre as cláusulas contratuais e as condições constantes da apólice apresentada pela contratada, prevalecerão as primeiras.

1.7.6 - A contratada deverá emitir e proceder à entrega, neste Tribunal, da apólice de seguro, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato.

1.7.7 - A Contratada permanecerá como única e total responsável perante o Contratante, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida.

1.8 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1.8.1 – Fornecer todas as informações necessárias para a execução do serviço.

1.8.2 – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da contratada, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do contratante.

1.8.3 – Efetuar os pagamentos à contratada com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo.

1.9 - SANÇÕES

1.9.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

1.9.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

1.9.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.9.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

1.9.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

1.9.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

1.9.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.9.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

1.9.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

1.9.1.9 - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

1.9.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

1.9.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

1.9.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

1.9.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.9.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.1.5, 1.9.1.6 e 1.9.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.9.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 1.9.1.8, 1.9.1.9, 1.9.1.10, 1.9.1.11 e 1.9.1.12 acima, bem como nos subitens 1.9.1.2, 1.9.1.3, 1.9.1.4, 1.9.1.5, 1.9.1.6 e 1.9.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 1.9.2.2.

1.9.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos ficará impedido pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



1.9.2.4 - Multa:

1.9.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

1.9.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

1.9.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

1.9.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

1.9.4.

1.9.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

1.9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

1.9.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

1.9.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

1.9.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.9.4.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, conforme previsão em normativo interno do TRF - 2ª Região, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

1.9.4.6. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

1.9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.9.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



1.9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

1.9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

1.9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

1.9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.

1.9.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei;

1.9.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

1.10 – RECEBIMENTO DO OBJETO:

1.10.1 Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do presente Contrato será recebido mediante termo detalhado e da seguinte forma:



1.10.1.1- Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

1.10.1.2- Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

1.10.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

1.10.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

1.10.4 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, nos limites estabelecidos neste contrato.

1.10.5- O aceite / aprovação do(s) serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;



1.11 - PRAZO DE VIGÊNCIA:

1.11.1 O prazo de vigência do Contrato será de 1 (um) ano, contado a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

02. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 O TRF2 possui uma frota de 76 (setenta e seis veículos) usados para o transporte de magistrados, servidores e materiais no desempenho de suas atividades, que necessitam ser segurados para possibilitar o ressarcimento pelos prejuízos causados em razão de sinistros e assegurar a indenização de terceiros por danos sofridos..

2.2 Atualmente existem três processos distintos de prestação de seguros da frota, que foram abertos à medida que novos veículos foram sendo adquiridos:

2.2.1 Processo [TRF2-EOF-2019/00446](#) - Prestação de serviços de seguro para 51 veículos, cujo prazo contratual irá se expirar em 01/04/2023

2.2.2 Processo [TRF2-EOF-2019/00438](#) - Prestação de serviços de seguro para 21 veículos, cujo prazo contratual irá se expirar em 31/01/2024

2.2.3 Processo [TRF2-EOF-2019/00013](#)- Prestação de serviços de seguro para 04 veículos, cujo prazo contratual irá se expirar em 29/04/2023

2.3 Seguindo as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis será promovida a unificação dos três processos acarretará a diminuição do dispêndio administrativo com a movimentação, controle e gerenciamento de três contratos, trazendo uma melhoria na eficácia da contratação do serviço e na fiscalização do mesmo.

2.4 Os estudos técnicos preliminares ([TRF2-ETP-2023/00081](#)) evidenciaram que a contratação descrita no item 1 (OBJETO) mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente, sendo viável a contratação pretendida

03. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Solução Escolhida

Prestação de serviços de seguro para a frota de veículos oficiais da frota do TR(setenta e seis) veículos.

3.2 Justificativa da escolha

Considerando a premissa de que o TRF2 possui uma frota de 76 (setenta e seis veículos) usados para o transporte de magistrados, servidores e materiais no desempenho de suas atividades e da consequente necessidade dos veículos serem segurados para possibilitar o ressarcimento pelos prejuízos causados em razão de sinistros e assegurar a indenização de terceiros por danos sofridos a solução escolhida é a contratação de empresa para o seguro de toda a frota.

04. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:



4.1 Visando cumprir ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a Contratada deverá:

4.1.1 Atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos “Qualificação técnica” e “Obrigações da Contratada”;

4.1.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos::

4.1.2.1 – Não utilizar trabalho escravo ou infantil, ou máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

4.3.1 - Comprovação de aptidão mediante a apresentação de CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro da validade, que comprove que a licitante está regular para operar no mercado segurador;

4.3.1.1 - Para fins de habilitação, a verificação em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

4.3.1.2 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos.

4.4 VISTORIA TÉCNICA

4.4.1 A licitante poderá vistoriar os veículos até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

4.4.2 As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 16:00, devendo ser previamente agendadas com o setor requisitante Seção de Manutenção de Veículos - SEMAVE pelo tel 2282-8031 ou pelo e-mail semave@trf2.jus.br.

4.4.3 A declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto e entrega dos serviços supre a necessidade de visita técnica.

4.5 JUSTIFICATIVA PARA A NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Em se tratando de serviço de seguros de veículos oficiais que transportam magistrados e servidores é imprescindível a comprovação da qualificação técnica das empresas junto aos órgãos reguladores desse tipo de serviço para que possa ser garantida a segurança e a eficácia na execução do objeto.

objeto.



05. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1 Promover a unificação dos três processos de prestação de seguros da frota de veículos, diminuindo o dispêndio administrativo com a movimentação, controle e gerenciamento de três contratos e trazendo uma melhoria na eficácia da contratação do serviço e na fiscalização do mesmo.

5.2 Os benefícios almejados residem em contribuir para a prática de ações que visem o desenvolvimento sustentável, no qual o crescimento da economia e a geração de riquezas estejam integrados à preservação do meio ambiente e ao manejo adequado dos recursos naturais, assim como o direito dos indivíduos à cidadania e a qualidade de vida;

06. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:

6.1- Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas

6.2 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.3- Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.4- Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

6.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

6.6 - A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme modelo previsto no item 11 deste Termo de Referência devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.7 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais

07. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento à Contratada será efetuado da seguinte maneira:

7.1.1 - 1ª ETAPA: Serão pagos 50% (cinquenta) por cento do valor total do prêmio assinatura do contrato.

7.1.2 - 2ª ETAPA: Será pago o restante do valor total do prêmio do seguro, media da apólice.

7.2 O pagamento será feito, por meio de ordem bancária e em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, discriminativo dos serviços prestados devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(is) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (dez) dias úteis,



contados a partir da data da emissão do referido atesto;

7.2.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes

7.2.1.2 - Para fins do disposto no item 7.2, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.3 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

7.4 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal. .

7.5 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015.

7.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.7 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.8 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

7.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.9 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

08. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Trata-se de serviço comum a ser contratado por meio de Pregão eletrônico, pelo critério de menor preço.

09. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 O quantitativo de veículos foi calculado com base no levantamento dos registros



de aquisição de veículos, conforme conta na Planilha [TRF2-INC-2023/00575](#)

9.2 O orçamento prévio relativo à presente contratação consta da planilha indicada no campo 13 (ANEXOS).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante nos IDs BC 48, 49 e 40 do PCA - SIGA GO

11. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2 O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3 Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor prestado no serviço
2	1,0% sobre o valor prestado no serviço
3	1,5% sobre o valor prestado no serviço
4	2,0% sobre o valor prestado no serviço
5	,0% sobre o valor prestado na solicitação de serviço

Tabela 02

Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do serviço;	4
3	Deixar de acusar o recebimento de mensagens eletrônicas do gestor do contrato no prazo máximo de 24hs, a partir do envio da mesma;	4
4	Negar a refazer serviço não aprovado pelo(a) Gestor(a) do contrato.	3
5	Deixar de realizar os serviços no prazo contratual, sem justificativa prévia	5

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1 Vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não incluem-se, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.

Risco: Atraso ou fracasso no processo licitatório
Probabilidade: Alto
Impacto: Alto
Dano 1: Impossibilidade de ressarcimento em caso de acidentes com os veículos.

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Setor responsável pelo serviço
2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.	Setor responsável pelo serviço
3	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Setor responsável pelo serviço

Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Direção Secretaria
2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Administração TRF

Risco: Especificação Insuficiente para os serviços
Probabilidade: Baixa
Impacto: Alto
Dano 1: Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades



institucionais.

Id	Ação Preventiva		Responsável
	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.		Setor responsável pelo serviço
Id	Ação de Contingência		Responsável
	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.		Equipe de Fiscalização

PROBABILIDADE
DE
OCORRÊNCIA

ALTA
MÉD ALTA
BAIXA

Risco 1

Risco 1

Risco 2

BAIXA

MÉDIA

ALTA

GRAVIDADE /IMPACTO

13 ANEXOS:

ANEXO I - Descrição dos Veículos (TRF2-INC-2023/00575)

ANEXO II - Pesquisa de Preços (TRF2-CAP-2023/05501)





PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2023
PROCESSO TRF2-EOF-2023/095
ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS

1 - MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO	ANO FAB/MOD	RENAVAM	CHASSIS	CLASSE BONUS EM 2024	SEGURADORA	VALOR UNITÁRIO R\$
1	KPV-2881	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992204194	8A1LZBW2TEL980062	VI	GENTE	1.293,90
2	KPV-2882	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992489288	8A1LZBW2TEL889028	VI	GENTE	1.293,90
3	LRC-2528	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992202493	8A1LZBW2TEL889020	VI	GENTE	1.293,90
4	LRC-2527	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992200687	8A1LZBW2TEL950096	VI	GENTE	1.293,90
5	KPV-2887	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992519110	8A1LZBW2TEL979963	VI	GENTE	1.293,90
6	LRC-7604	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992518539	8A1LZBW2TEL963874	VI	GENTE	1.293,90
7	LRC-7603	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992517966	8A1LZBW2TEL889015	VI	GENTE	1.293,90
8	LRC-7602	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992517486	8A1LZBW2TEL979894	V	GENTE	1.293,90
9	LRC-7601	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992516943	8A1LZBW2TEL964370	VI	GENTE	1.293,90
10	KPV-2886	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992516412	8A1LZBW2TEL964251	VI	GENTE	1.293,90
11	KPV-2885	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992515815	8A1LZBW2TEL964147	IV	GENTE	1.293,90
12	LRC-7600	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992515351	8A1LZBW2TEL888564	VI	GENTE	1.293,90
13	KPV-2884	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992233496	8A1LZBW2TEL963884	VI	GENTE	1.293,90
14	KPV-2883	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2013/2014	992230942	8A1LZBW2TEL964400	VI	GENTE	1.293,90
15	KPZ-9405	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	1014155026	8A1LZBW2TEL321975	IV	GENTE	1.293,90
16	KPZ-9406	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	1014165590	8A1LZBW2TEL321783	VI	GENTE	1.293,90
17	KPZ-9407	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	1014155972	8A1LZBW2TEL321995	VI	GENTE	1.166,07
18	LRI1700	RENAULT	FLUENCE DINAMIQUE CVT FLEX	2014/2014	1014165247	8A1LZBW2TEL321914	VI	GENTE	1.166,07
19	KQU-6517	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2015/2015	1042489596	8A1LZLHOTFL738753	VI	GENTE	1.364,39
20	LRS-7066	F'ENAU	FLUENCE DYNAMIQUE CVT FLEX	2015/2015	1042497955	8A1LZLHOTFL740832	IV	GENTE	1.364,39
21	LPE-6908	RENAULT	KANGOO EXPRESS HIFLEX	2017	967744156	8A1FC1U158L966300	X	GENTE	1.364,39
22	HJW-5285	RENAULT	MASTER EXECUTIVO 16L	2008/2009	115773118	93YCDUH59J165566	VIII	GENTE	2.084,70
23	OLW-6833	RENAULT	MASTER EXECUTIVO 16L	2012	478647174	93YADC1L6DJ334047	VII	GENTE	2.281,17
24	OLW-6836	RENAULT	MASTER ' FUF'GÃO	2012/2013	478649428	93YADC1L6DJ389485	VII	GENTE	1.828,32
25	OLW-6838	RENAULT	MASTER FUI GAO	2012/2013	478648510	93YADC1L6DJ320701	VII	GENTE	1.828,32
26	LTN-0195	VW	PARATI 1.6 FLEX	2004	822624745	9BWD05X64T094591	X	GENTE	1.218,43
27	LOO-9344	GM	PICK UP 510 CAB SIMPLES	2013	801294622	9BG124AC03C415784	X	GENTE	1.894,13

28	LOO-9338	GM	ZAFIF'A CD	2tXI3	801294274	9BGT75B03C166210	IX	GENTE	1.622,55
29	LRS 7063	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	1042494212	93Y4SRD64FJ62809	VI	GENTE	1.646,21
30	LRS 7004	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	1042495855	93Y4SRD54FJ762753	VI	GENTE	1.646,21
31	LRS 7005	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	1042497165	93Y4SRD64FJ761609	VI	GENTE	1.646,21
32	KQU 6516	RENAULT	LOGAN DYNAMIQUE	2015/2015	1042492678	93Y4SRD64FJ781432	VI	GENTE	1.646,21
33	LRG-8E29	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1172884401	8BCND5GVUKG501412	III	GENTE	2.491,64
34	KZN-9102	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1172881747	8BCND5GVUKG500843	III	GENTE	2.491,64
35	LRG - 8E28	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1170792151	8BCND5GVUKG500667	III	GENTE	2.491,64
36	LRG 8E30	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1172886366	8BCND5GVUKG501029	III	GENTE	2.491,64
37	KZN-9103	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1172885467	8BCND5GVUKG500845	III	GENTE	2.491,64
38	LMO-5D11	CITPOEN	C4 LOUNGE Feel Turbo Flex Aut. BLINDADO NIVEL: III-A	2018/2019	1172099534	8BCND5GVUKG502232	III	GENTE	2.491,64
39	KWU-4364	HYUNDAI	AZEF'A BLINDADO NIVEL: III-A	2012/2013	558311911	KMHFH41HBDA195428	VI	GENTE	2.398,74
40	EPX-7905	MITSUBISHI	OUTLANDEP 3.0 V6 BLINDADO NIVEL: III-A	2020/2021	1247019451	JMYXLGF4WMJA00101	I	GENTE	1.603,10
41	EPA-7695	MITSUBISHI	OUTLANDEP 3.0 V6 BLINDADO NIVEL: III-A	2020/2021	1247019885	JMYXLGF4WMZA00125	ZERO	GENTE	1.603,19
42	LUT-7G04	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1213707878	3N1BB7AD5LY202293	I	GENTE	1.310,84
43	LUT-7G03	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1213705476	3N1BB7AD4LY202284	I	GENTE	1.310,84
44	LUT-7F93	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1211931614	3N1BB7AD3LY202261	I	GENTE	1.310,84
45	LUT-7G01	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1212862799	3N1BB7AD1LY202274	I	GENTE	1.310,84
46	LUT-7F94	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1211933480	3N1BB7AD0LY202217	I	GENTE	1.310,84
47	LUT-7F95	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1211935504	3N1BB7AD1LY202162	I	GENTE	1.310,84
48	LUT-7G08	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214254664	3N1BB7AD9LY202118	I	GENTE	1.310,84
49	LUT-7F96	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1211937647	3N1BB7AD8LY202109	I	GENTE	1.310,84
50	LUN-9H77	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214262080	3N1BB7AD1LY202761	I	GENTE	1.310,84
51	LUN-9H73	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214269747	3N1BB7AD5LY202892	I	GENTE	1.310,84
52	LUN-9H75	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214260729	3N1BB7AD6LY202822	I	GENTE	1.310,84
53	LUN-9H72	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214258805	3N1BB7AD1 LY202890	I	GENTE	1.310,84
54	LUT-7G07	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214266160	3N1BB7AD6LY202884	I	GENTE	1.310,84
55	LUN-9H81	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214264074	3N1BB7AD8LY202885	I	GENTE	1.310,84
56	LUN-9H80	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214263690	3N1BB7ADXL202841	I	GENTE	1.310,84
57	LUN-9H71	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214258155	3N1BB7AD9LY202698	I	GENTE	1.310,84
58	LUN-9H79	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214263060	3N1BB7AD9LY202703	I	GENTE	1.310,84

59	LUN-9H78	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214262608	3N1BB7ADXL202869	I	GENTE	1.310,84
60	LUN-9H76	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214261644	3N1BB7AD0LY202847	I	GENTE	1.310,84
61	LUN-9H74	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1214259933	3N1BB7AD9LY203009	I	GENTE	1.310,84
62	LUT-7G02	NISSAN	SENTRA- SV 2.0 16V Aut.	2019/2020	1212865216	3N1BB7AD8LY202899	I	GENTE	1.310,84
63	LMP-4J67	CHEVROLET	SPIN	2018/2019	1177378288	9BGJC7520KB152020	III	MAPFRE	1.103,24
64	LMR-1171	CHEVROLET	SPIN	2018/2019	1176394972	9BGJC7520KB146733	III	MAPFRE	1.059,29
65	LTV-7F18	HYUNDAI	SANTA FE BLINDADO NÍVEL: III-A	2018/2019	1182862070	KMHSU81EDKU864501	III	MAPFRE	1.652,33
66	UU-8G23	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.1	2022/2023	1328827329	9BRB33BE3P2129027	ZERO	GENTE	1.992,41
67	FJU-8G24	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.2	2022/2023	1328831903	9BRB33BE9P2129016	ZERO	GENTE	1.992,41
68	UU-8G25	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.5	2022/2023	1328833680	9BRB33BE3P2128945	ZERO	GENTE	1.992,41
69	MV-7J04	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.0	2022/2023	1328871719	9BRB33BE6P2131905	ZERO	GENTE	1.992,41
70	MV-7J05	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.6	2022/2023	1328872464	9BIRB33BE6P2130639	ZERO	GENTE	1.992,41
71	MV-7J06	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.4	2022/2023	1328873231	9BRB33BE1P2130659	ZERO	GENTE	1.992,41
72	MV-7J07	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.7	2022/2023	1328873657	9BRB33BE9P2130554	ZERO	GENTE	1.992,41
73	MV-7J08	TOYOTA	COPOLLA XEI 2.3	2022/2023	1328874050	9BRB33BE7P2129032	ZERO	GENTE	1.992,41
74	MV-7J24	PEUGEOT	EXPERT CARGO	2022/2023	1330823530	9V8VBVHVEPA031701	ZEDO	MAPFRE	1.910,50
75	MU-8G26	TOYOTA	HILUX CD DSL 4X4 SPV AT	2022/2023	1328835658	8AJBA3CD7N1735967	ZERO	GENTE	3.569,44
76	MU-8G27	TOYOTA	HILUX CD DSL 4X4 SPV AT	2022/2023	1328839238	8AJBA3CD1N1746611	ZERO	GENTE	3.568,35
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS									123.396,30

ANEXO III

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053-23

Proc. nº TRF2-EOF- 2023/095

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() Não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053-2023

Proc. nº TRF2-EOF-2023/095

DECLARO, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

CONTRATO SIGA Nº TMP-3749115

CONTRATO Nº TRF2-CON- 2023/_____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE SEGURO TOTAL PARA 76 (SETENTA E SEIS
) VEÍCULOS OFICIAIS QUE COMPÕEM A
FROTA DESTA E. TRIBUNAL, QUE ENTRE SI
FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2023/00095

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347 /0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP - _____, Tel./Fax.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2023/00095, em consequência do Pregão Eletrônico nº 053/2023, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/2023, através do despacho nº TRF2-DES-2023/_____, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços especializados em seguro total para 76 (setenta e seis) veículos oficiais que compõem a frota deste E. Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Classif. documental

30.01.02.02



TMP/3749115

SIGA



TRF2CAP202314338

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em seguro total para 76 (*setenta e seis*) veículos oficiais que compõem a frota deste E. Tribunal, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 053/2023 e seus Anexos I, II e III, e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.1 - Das Coberturas Securitárias:

1.1.1 - Cobertura Total:

1.1.1.1 - Roubo, furto, incêndio e os mencionados no item 1.3;

1.1.1.2 - 110% (*cento e dez por cento*) tabela FIPE;

1.1.1.3 - Franquia reduzida.

1.1.2 - Acidentes Pessoais por Passageiros (morte ou invalidez):

1.1.2.1 - APP MORTE: R\$ 150.000,00 (*cento e cinquenta mil reais*);

1.1.2.2 - APP INVALIDEZ: R\$ 150.000,00 (*cento e cinquenta mil reais*).

1.1.3 - Danos materiais ou pessoais causados a terceiros pelos veículos segurados:

1.1.3.1 - Danos materiais: R\$ 160.000,00 (*cento e sessenta mil reais*);

1.1.3.2 - Danos corporais: R\$ 160.000,00 (*cento e sessenta mil reais*).

1.2 – Da Assistência:

1.2.1 - Cobertura adicional de assistência, com os seguintes itens:

1.2.1.1 - Assistência 24 (*vinte e quatro*) horas com socorro mecânico e reboque gratuitos;

1.2.1.2 - Assistência a vidros;

1.2.1.3 - Assistência a Lanterna e faróis;

1.2.1.4 - Assistência a retrovisores;

1.2.1.5 - Chaveiro 24 (*vinte e quatro*) horas;

1.2.1.6 - Transporte da pessoa segurada por imobilização, por roubo ou furto do veículo segurado, em caráter de 24 (*vinte e quatro*) horas.

1.3 – Do Sinistro:

1.3.1 - O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis aos salvamentos e transportes dos veículos até a oficina autorizada pelo Contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.3.1.1 - Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;

1.3.1.2 - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;

1.3.1.3 - Raios e suas consequências;

1.3.1.4 - Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

1.3.1.5 - Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;

1.3.1.6 - Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;

1.3.1.7 - Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

1.3.1.8 - Danos causados por granizo;

1.3.1.9 - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

1.4 – Das Observações:

1.4.1 – Os veículos não possuem sistema antifurto.

1.4.2 – O CEP de pernoite dos dois veículos é o N° 20.081-250 (GARAGEM DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO) – Rua Equador nº 613 – Santo Cristo – RJ;

1.4.3 – A utilização destes veículos está restrita à 2ª Região, que compreende todo o Estado do Rio de Janeiro e eventualmente o Estado do Espírito Santo, em apoio à Seção Judiciária do Espírito Santo, para transporte de servidores e documentos/materiais.

1.4.4– As características dos veículos seguem descritas no ANEXO I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

1.4.4.1 - Os veículos discriminados no subitem anterior, referentes aos itens 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 65 são Blindados no nível 3ª.

1.5 – Da Relação dos veículos a serem segurados:

1.5.1 – Os veículos a serem segurados estão detalhadamente discriminados no ITEM 2 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES:

2.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I (Termo de Referência) parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

2.1.1 - A Contratada deverá apresentar Apólice com cláusulas compatíveis com o presente Contrato e em consonância com as regulamentações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Havendo divergência entre as cláusulas deste Contrato e as condições constantes da Apólice apresentada pela Contratada, prevalecerão as primeiras.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

2.1.2 - A Contratada deverá emitir e proceder à entrega, na sede do Contratante, da apólice de seguro, no prazo máximo de 20 (*vinete*) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à assinatura deste Contrato, da qual conste expressamente a data indicada no item 10.1 da Cláusula Décima.

2.1.3 - A Contratada permanecerá como única e total responsável perante o Contratante, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida.

2.1.4 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

2.1.4.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato pelo Contratante.

2.1.5 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

2.1.5.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo III do presente Edital, que deverá ser entregue no prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato pelo Contratante.

2.1.6 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

2.1.6.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

2.1.7 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

2.2 – São obrigações do Contratante, além das constantes no Anexo I (Termo de Referência) parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

2.2.1 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;

2.2.2 - Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato.

LÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

3.1 - DO PREÇO:

3.1.1 – A Planilha de Formação de Preços, oferecida pela Contratada por ocasião da homologação do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integra este Contrato, assim como a proposta por ela apresentada, discriminada na Cláusula Sétima.

3.1.2 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____ (_____)
;

3.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos, como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.

3.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.2.1 - O pagamento será efetuado à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa.

3.2.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação (artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto nº 11.317/2022, e artigo 7º, §2º, da IN-SEGES/ME nº 77/2022 - ordem de pagamentos: vide artigo 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

3.2.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

3.2.1.3 - Para fins do disposto no subitem 3.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

3.2.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

3.2.3 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições, deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

3.2.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em 02 (duas) vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

3.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

3.2.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 3.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

3.2.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

3.2.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

3.2.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

3.3 - DO REAJUSTE:

3.3.1 - Os preços contratados são fixos e irredutíveis.

3.3.2 - No caso de prorrogação, a Contratada deverá aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus e ofertar desconto correspondente, se houver.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 - A despesa decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme ITEM 11 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.1.1 – Nota de Empenho: _____

4.2 - Nas parcelas referentes aos exercícios subsequentes, as despesas serão incluídas nas propostas orçamentárias para os citados exercícios, condicionadas à aprovação das mesmas.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS PENALIDADES:

5.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 17 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA EXTINÇÃO:

6.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

6.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

6.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

7.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem às estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 053/2023, e seus Anexos I, II e III;
- b) Proposta datada de __/__/2023, conforme documento nº TRF2-CAP-2023/____, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados;
- c) Certificado de Vistoria, se houver, emitido pela SEMAVE, comprovando que a Contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto deste Contrato.

7.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO:

8.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

8.2 - Competem à fiscalização as atribuições elencadas a seguir:

8.2.1 – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

8.2.2 – Informar, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

8.2.3 – Solicitar auxílio aos setores competentes do Contratante, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

8.2.4 - Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

8.2.5 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

8.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

8.4 - Na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar à fiscalização, prevista no art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

8.4.1 - A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Contrato;

8.4.2 - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

9 - CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

9.1 - O recebimento do objeto ocorrerá na forma discriminada no ITEM 15 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

10.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 01 (*um*) ano, contado a partir das 24 (*vinte e quatro*) horas do dia da sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 - A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que sejam verificadas se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

10.3 - A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

10.4 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

10.5 - A resposta da Contratada terá caráter irrevogável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

10.6 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Quinta do presente Contrato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:

12.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, que estão dispostas no ITEM 6 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS:

13.1 – A Matriz de Alocação de Riscos está prevista no ITEM 12 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1- O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

14.2 – No que se refere à alteração unilateral, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/21.

14.2.1 – As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

14.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

14.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas, previstas na Cláusula Quinta do Contrato, dos valores devidos pelos serviços prestados.

15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
Diretor-Geral

9



SIGA



SIGA

